

A DIDÁTICA – CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA HISTÓRIA

Maria José Baltar*

RESUMO

Procura-se dar, neste trabalho, uma visão geral da evolução histórica da Didática. Parte-se das origens dos sistemas escolar e dos estudos sobre o método de ensino. Trata-se, especialmente da evolução da Didática no Brasil, no início preocupada, exclusivamente, com a escola primária: as primeiras escolas normais, as reformas estaduais do ensino primário e outras repercussões do movimento da Escola Nova. Surge, depois, a preocupação didática na escola média. Destaca-se a linha “psicologista” da Didática, bem como a forte interferência norte-americana. Trata-se, a seguir, do movimento da educação popular. Finalmente, sob influência dos trabalhos franceses da linha “reprodutivista”, passa-se por um “sociologismo” e, mesmo, por um “pessimismo didático”, para atingir a atual fase de síntese e equilíbrio, na qual a Didática, sem esquecer seu aspecto técnico, procura valorizar seus aspectos humanista e sócio-político.

1. Sempre houve educação, sempre houve ensino. Toda sociedade educa – transmite sua cultura a seus novos membros – e, nesse processo, surge o ensino: alguém ajuda outro a aprender. Inicialmente, o ensino é individual. Em determinado momento da evolução de uma sociedade, aparece a instituição *escola*, agência específica de educação. Surge, então, o ensino coletivo.

– As escolas vão se multiplicando, se diversificando, forma-se uma rede de

(*) Trabalho apresentado no Seminário de Didática, realizado pelo Departamento de Educação da Universidade Católica de Pernambuco, de 20 a 22 de setembro de 1984.

escolas, rede essa que vai se ampliando e se organizando, até constituir um *sistema escolar*, como temos em nossos dias.

2. O sistema escolar, pelo menos no mundo ocidental, é edifício que começou a ser construído pela cúpula. Na Idade Média, com o feudalismo e a hegemonia das idéias religiosas, foi criada a Universidade, inicialmente centro de ensino teológico e filosófico, ao qual foram se incorporando outros ensinamentos, como o das Leis e da Medicina, dando origem às grandes universidades européias que chegaram até os nossos dias. A preparação para a Universidade, porém, permaneceu, por muito tempo, ensino individual.

Na Idade Moderna, com o Renascimento, a Reforma Protestante e a Imprensa, surgiu a escola elementar, incipiente forma de educação para o povo. Somente, porém, a partir dos meados do século XVIII, com a consolidação da burguesia — a industrialização, a urbanização, o capitalismo — ampliou-se e organizou-se esse nível de ensino que se prolongou, depois, no ensino médio.

O Brasil, cuja verdadeira história como sociedade primitiva já se iniciara antes, ingressou, pelo descobrimento, no mundo ocidental. Enquanto colônia, porém, permaneceu quase à margem da história da educação ocidental, apesar da educação jesuíta. A escola brasileira, propriamente, surgiu com a independência, com duas grandes datas: 1827, fundação dos cursos jurídicos de Olinde e São Paulo, 1837, fundação do Colégio Pedro II.

3. Na escola, o professor é considerado aquele que “sabe”, e os alunos aqueles que “não sabem”. A comunicação entre professor e alunos é tradicionalmente vertical, de cima para baixo. A escola, reproduzindo a estrutura da sociedade em que está inserida, vem sendo autoritária, usando, muitas vezes, do castigo físico. Na literatura brasileira, há impressionantes descrições da terrível opressão do ambiente escolar, como em “O Ateneu” de Raul Pompéia e em “Chão de Ferro” de Pedro Nava. Desse modo, para ser professor só é necessário saber o que se ensina, em certo nível de profundidade. Aprender o que vai ensinar é, a princípio, a única preparação do professor.

A preocupação com o método de ensino, o problema de “como” ensinar, surgiu relativamente tarde. É verdade que, já no século XVII, Comenius escreveu sua “Didática Magna”. Outras obras foram aparecendo sobre o mesmo tema, mas eram simples elucubrações mentais, sem influência na prática escolar, ainda que tenha havido algumas experiências isoladas, quase sempre fracassadas, como a de Pestalozzi, no século XVIII. Aliás, devemos estar advertidos para o perigo de julgar a vida escolar pelo que se escreve sobre a educação, pois é muito grande o descompasso entre “teorias” e “planos” pedagógicos e a prática escolar.

Somente no Século XX, surgiu o movimento da Escola Nova — que constituiu, inegavelmente, uma real e ampla inovação no ensino.

4. No Brasil, um fato do século passado indica uma primeira preocupação com a preparação do professor para a escola elementar: a criação das primeiras escolas normais (1835, em Niterói, 1864, em Pernambuco, entre outras). Em 1872, S. Paulo ainda não possuía escola normal; em relatório sobre as escolas, um observador afirmava: “não valem escolas sem mestres, não valem mestres sem habilitação”.

Na passagem para o século XX e nos primeiros anos do nosso século,

com a abolição da escravidão, a república, a imigração européia e o início da industrialização, começa a se esboçar um movimento no sentido da renovação educacional brasileira.

Na década de 20, sucederam-se as reformas estaduais da escola primária. Em Pernambuco, a reforma Carneiro Leão, sob a orientação de um educador paulista, Escobar, escandalizou a sociedade da época. A grande influência teórica dessa reforma pernambucana foi o belga Decroly, com seus "centros de interesse". Com a reforma Rocha Vaz, de 1925, organizou-se o ensino secundário a nível nacional, em substituição aos "exames preparatórios", única exigência até então, para ingresso em cursos superiores.

5. Na década de 30, com a mudança política resultante do movimento armado e, principalmente, com a industrialização, entrou a educação brasileira em nova fase, tendo sido criado o então Ministério da Educação e Saúde. Foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em defesa do ensino público e gratuito e começaram a surgir trabalhos brasileiros de divulgação das novas idéias sobre o ensino, como livro de Lourenço Filho. "Introdução ao estudo da Escola Nova". O fato marcante em pleno Estado Novo, foi a criação, em 1938, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — o INEP — que, por mais de duas décadas, teve uma grande influência na escola primária e normal. Anísio Teixeira, seu diretor por longos anos, discípulo de Dewey, foi, no período, não somente o grande teórico da educação, mas, também, um grande realizador, publicando muitos trabalhos sobre a educação brasileira bem como fazendo reformas de ensino, criando universidades, impulsionando cursos de pós-graduação, criando o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, desdobrando em Centros Regionais, com suas escolas experimentais.

Após a redemocratização e com a abertura da economia ao capital estrangeiro, funcionou, em Belo Horizonte, de 1956 a 1962, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE) dentro de programação mais ampla — o "ponto IV", do Presidente Truman — o qual anunciava "oferecer os benefícios das nossas conquistas científicas e progressos industriais em prol da melhoria e do crescimento de áreas menos desenvolvidas". O PABAAE trabalhou intensamente junto aos professores das escolas primárias e normais, realizando cursos em Belo Horizonte, distribuindo bolsas de estudo nos Estados Unidos e publicando traduções de obras pedagógicas. Pode-se dizer que o PABAAE moldou a escola primária brasileira, dentro do psicologismo metodológico do ensino norte-americano, daquela época.

6. Quanto ao ensino médio, a preocupação didática somente surgiu com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e seus Colégios de Aplicação. Nessa fase inicial deve ser destacado o nome do pioneiro Luís Alves de Matos, autor do livro "Sumário de Didática Geral". Nas décadas de 50 e 60, Irene Melo Carvalho realizou uma experiência de "ensino por unidades didáticas" (Plano Morrison), no Colégio de Nova Friburgo da Fundação Getúlio Vargas. Lauro Oliveira Lima, propôs o método "psicogenético", baseado em Piaget, divulgado pelo livro "A escola secundária moderna" e através das atividades da CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário). Outras experiências também tiveram grande repercussão: a reforma do Ensino Normal no Rio Grande do Sul e o movimento dos Ginásios Vo-

cacionais, em São Paulo.

7. Também no início da década de 60, em um momento de crise política, iniciaram-se experiências de educação popular, como o MCP em Pernambuco, os CPC da UNE no sul do país, o Movimento “De pé no chão também se aprende a ler” no Rio Grande do Norte o MEB da Igreja Católica, a Campanha de Alfabetização de Adultos de Paulo Freire a qual, surgida em Pernambuco, começou, no Governo Goulart, a ser difundida a nível nacional. Paralelamente a essas iniciativas, surgiu, entre nós, a Cruzada ABC, financiada pelos americanos.

Com o golpe militar de 1964, as iniciativas nacionais de educação popular foram destruídas, imediata e violentamente (MCP, CPC, De pé no chão. . ., Método Paulo Freire) ou pouco a pouco (MEB), permanecendo e sendo estimulada a ação da Cruzada ABC, que existiu até 1970.

8. Nessa época, outras iniciativas surgiram: o Congresso Brasileiro de Comunicação Audiovisual, em São Paulo e as Conferências Nacionais de Tecnologia Educacional aplicada ao Ensino Superior (CONTECE) no Rio e em S. Paulo — onde a metodologia do ensino recebeu uma forte influência tecnicista norte-americana, com predominância do ensino programado de Skinner, agora, também, com referência ao ensino superior. A USAID intensificou seu programa de bolsas de estudo para professores universitários. Ao mesmo tempo, sob orientação norte-americana, reformaram-se o ensino superior (Lei 5.540/68) e o ensino de 1º e 2º. Graus (Lei 5.692/71).

Em 1972, esboçou-se tímida reação a essa influência por parte dos professores de Didática que realizaram, em Brasília, o 1º. Encontro Nacional de Professores de Didática. Ficamos, porém, nessa 1ª. reunião.

Surgiu, também, a influência de Rogers, com seu não-diretivismo.

9. Na década de 70, começaram a repercutir, entre nós, as críticas à escola, com base marxista, dos autores franceses Bourdieu e Passeron (“A reprodução”) e Baudelot e Establet (“A escola capitalista”). Os aspectos políticos da educação começaram a ser enfatizados por autores brasileiros, como Luís Antônio Cunha, no seu livro “Educação e desenvolvimento social do Brasil”. Nessa fase, o “psicologismo” da educação começou a refluir nos estudos brasileiros e se passou a uma fase que talvez possa ser chamada de “sociologismo” da educação. Houve, mesmo, o que chamaríamos de um “pessimismo didático”: se a escola capitalista é uma “agência ideológica do Estado”, não vale a pena melhorar o ensino.

10. Na década de 80, ingressamos numa fase de síntese e equilíbrio, muito bem expressa por Guiomar Namo de Melo no sub-título do seu livro sobre o Magistério do 1º. Grau: “da competência técnica ao compromisso político”. Nessa linha, iniciou-se por iniciativa da PUC do Rio de Janeiro, uma série de seminários, sob o título “A Didática em questão”.

11. Essas reflexões históricas sobre a Didática constituem mais um exemplo da contextualização da ação pedagógica: decisões e iniciativas referidas, aparentemente, à prática pedagógica dentro da escola são, de fato, o resultado das condições econômicas e políticas da sociedade. Nosso sistema econômico “capitalista dependente” vem determinando os rumos de nossa educação. Daí a sua “dependência” de orientações pedagógicas estrangeiras e o vio-

lento impacto norte-americano sofrido nas últimas décadas.

No auge desse impacto, coincidindo com o regime militar que se instalou no Brasil nas décadas de 60 e 70, a influência norte-americana, muitas vezes, dispensou intermediários e se fez, sem cerimônias, diretamente. É interessante notar o caráter de clara reação que tomou essa ação norte-americana em nossa política educacional: sempre que um grupo de educadores brasileiros iniciava algo mais sério como renovação educacional, surgiam iniciativas paralelas com orientação norte-americana. Foi assim com o INEP/PABEE, bem como com os movimentos de educação popular/Cruzada ABC.

Agora, porém, ao lado de um início de democratização política que poderá possibilitar uma mudança de rumo na economia, creio que já temos um pensamento educacional com suficiente clareza e profundidade, capaz de orientar a criação de uma escola realmente brasileira e que comece a atender a toda a população brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. J. J. M. Ramos. Lisboa, Presença 1970.
- BAUDELLOT, C. e ESTABLET, R. *La escuela capitalista*, Trad. J. Godet. México, Siglo Veintiuno, 1977.
- BOURDIEU, P. e PASSÉRON, J. C. *A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. R. B. B. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- CANAU, V. M. (Org.). *A didática em questão*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- CARVALHO, I. M. *O ensino por unidades didáticas; seu ensaio no Colégio Nova Friburgo*, 2ª. ed. Rio de Janeiro, MEC/CILEME, 1956.
- COMÊNIO, J. A. *Didáctica Magna*. Trad. N. F. Abu-Marhry. Rio de Janeiro, Simões, 1954.
- COMPAYRE, G. *Histoire de la Pédagogie*. 27a. ed. Paris, Delaplane, 1917.
- CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social do Brasil*. Rio, F. Alves, 1974.
- FERRO, M. A. B. Anísio Teixeira, democrata da Educação, in *Prêmio Grandes Educadores Brasileiros; monografias premiadas 1984*. Brasília, INEP, 1984.
- FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. S. Paulo, Edart, 1977.
- LOURENÇO, FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da escola nova* 9ª. ed. S. Paulo, Melhoramentos, 1967.
- MATTOS, L. A. *Sumário de Didática Geral*. Rio de Janeiro, Aurora, 1957.
- MELO, G. N. *Magistério do 1º. Grau; da competência técnica ao compromisso político*. S. Paulo, Cortez, 1982.
- MESSER, A. *Historia de la Pedagogia*. Trad. M. S. Sarto. 2a. ed. Barcelona, Labor, 1930.
- MOREIRA, J. R. A educação no Brasil, in *Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro, Delta, 1962. p.p. 2367 - 2368.
- NAVA, P. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1977.
- OLIVEIRA LIMA, L. *A escola secundária moderna*. 8ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1970.
- POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, (s.d.)
- PROGRAMA de Assistência Brasileira-Americana ao Ensino Elementar. PA-BAEE. Belo Horizonte, Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América, (s.d.)
- ROGERS, Carl R. *Liberdade para aprender*. Trad. E.G.M. Machado e M.P. Andrade. Belo Horizonte, Interlivros, 1971.
- SKINNER, B. F. *Tecnologia do ensino*. Trad. R. Azzi. São Paulo, Herder, 1972.